

Estado do Rio Grande do Sul

Município de Ernestina

Pregão Presencial nº 03/2025

Data/hora da sessão: 28.04.2025

Objeto da Licitação: **Mini Escavadeira**

Matéria impugnada: - *“largura mínima de 1000 mm, com largura ajustável até o máximo de 1250 mm para acesso a áreas restritas”*

- *“proteção ROPS e FOPS”*

- *“assistência técnica num raio máximo de 200km da sede da prefeitura”*

- *“caçamba adicional de 1000 mm”*

**N. B. LOCAÇÕES**, inscrita no CNPJ n.º 08.676.186/0001-05, situada na Rua Voluntários da Pátria, n.º 1015, bairro Floresta, cidade de Porto Alegre/RS – CEP 90.230-011, por intermédio de seu representante legal, Sr. Neuri Bertinatto, portador da Carteira de Identidade n.º 8050875973 e do CPF. n.º 589.382.490-34, no uso de suas atribuições legais, vem, com base no artigo 164, da Lei Federal nº 14.133/21, apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao presente Edital.

A parte impugnante é interessada em participar do certame, contudo o edital faz exigências ilegais e excessivas, além de contrariar diametralmente a Lei nº 14.133/21 (*Lei Geral de Licitações*), assim como outros dispositivos legais e constitucionais.

Tais exigências constituem **vícios**, os quais, se não corrigidos tempestivamente, **implicarão no comprometimento da higidez jurídica do presente certame**, com consequências que poderão acarretar a suspensão da licitação pelas instâncias judiciais. Assim, a parte impugnante, passa a expor as razões que fundamentam a presente impugnação.

## **1. DA RESTRIÇÃO DA COMPETIÇÃO**

Existem muitas marcas de máquinas de linha amarela no mercado mundial, e todos os equipamentos por elas fabricados possuem especificações semelhantes. Portanto, o

desempenho, produtividade e qualidade que apresentam é praticamente o mesmo. A capacidade final destes maquinários é suficiente para suprir, com margem, a demanda de serviço público de uma Prefeitura, motivo pelo qual as pequenas diferenças entre um modelo e outro não alteram tampouco interferem no resultado final.

Ocorre que, ao levar em consideração ínfimas diferenças entre um modelo e outro, **o único resultado será a exclusão de determinadas marcas presentes no mercado. Com isso, consequentemente estará restringindo e impossibilitando a efetivação do melhor negócio para a Administração Pública, qual seja, a aquisição de um maquinário de qualidade pelo menor preço, o que é flagrantemente ilegal.**

No que se refere à necessidade de se garantir a ampla competitividade nos processos licitatórios, o Superior Tribunal de Justiça - STJ já decidiu:

*É certo que não pode a Administração, em nenhuma hipótese, fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame, **mas sim garantir a ampla participação na disputa licitatória, possibilitando o maior número possível de concorrentes**, desde que tenham qualificação técnica e econômica para garantir o cumprimento das obrigações. (Recurso Especial nº 361736-SP, DJ de 31/03/03, p. 00196; Relator Min. Franciulli Netto). (grifo nosso)*

Desta maneira, as exigências do edital que levam em consideração ínfimas diferenças entre um modelo e outro, **tem apenas a finalidade de excluir empresas da competição e privilegiar determinadas fornecedoras, o que é flagrantemente ilegal.**

Destarte, considerando-se que só devem ser exigidas aquelas especificações mínimas necessárias à satisfatória execução do serviço público, as solicitações feitas pelo edital devem ser revistas, devendo as mesmas serem **excluídas**, ou, quando muito, **retificadas, sob pena de oferecimento de denúncia perante o Tribunal de Contas do Estado – TCE.**

## **2. DA EXIGÊNCIA DE “LARGURA MÍNIMA 1000 MM, COM LARGURA AJUSTÁVEL ATÉ O MÁXIMO DE 1250MM PARA ACESSO A ÁREAS RESTRITAS”**

O edital exige que a mini escavadeira possua *largura mínima 1000 mm, com largura ajustável até o máximo de 1250mm para acesso a áreas restritas*, enquanto que o equipamento da impugnante possui largura mínima de 980mm ajustável para até 1290mm. Ou seja, a máquina da impugnante, da marca LiuGong, modelo 9017, **possui uma margem de ajuste da largura maior do que a exigida no Edital**. Isso porque vai de 980mm, o que facilita ainda mais para áreas restritas conforme é o desejado pela Administração, e vai até 1290mm.

Assim, requer-se a alteração da exigência, com vistas a ampliação da competitividade. Além disso, a ampliação da margem de trabalho irá também propiciar que o equipamento seja utilizado em áreas menores e também maiores.

## **3. DA EXIGÊNCIA DE “PROTEÇÃO ROPS E FOPS”**

O edital exige que a máquina possua *Sistema de proteção para operador, incluindo barra de proteção contra capotamento (ROPS) e proteção contra quedas de objetos (FOPS)*. No entanto a máquina da impugnante possui proteção do tipo TOPS (Tip-Over Protective Structures), que é o tipo de proteção mais comum nos equipamentos desse padrão. As estruturas de proteção contra tombamento (TOPS) são sistemas de elementos estruturais cujo objetivo principal é reduzir a possibilidade de um operador, preso por um sistema de cinto de segurança, ser esmagado caso uma máquina tombe.

Vale ressaltar que a mini escavadeira objeto do Edital é uma máquina de pequeno porte, muito mais leve do que as máquinas de linha amarela que possuem proteção ROPS/FOPS, e com cabine aberta. Consequentemente trabalha num patamar muito inferior a de máquinas mais pesadas, o que diminui os riscos de acidentes mais graves. Assim, a proteção do tipo TOPS é mais do que suficiente em maquinários desse padrão.

Assim, diante da desnecessidade de proteção no padrão ROPS/FOPS, requer a alteração do edital para que aceite, alternativamente, a proteção TOPS.

#### 4. DA EXIGENCIA ASSISTÊNCIA TÉCNICA NUM RAIOS MÁXIMO DE 200KM DA SEDE DA PREFEITURA

O edital exige, no Termo de Referência, que deverá haver assistência técnica em um raio de até 200km. Contudo, a empresa impugnante está localizada na cidade de Porto Alegre/RS, onde possui assistência técnica autorizada, em um raio de distância de aproximada de 207 km da sede municipal, não atendendo, portanto, à referida exigência.

É correto afirmar que há um excesso de especificidade, resultando na criação de um **critério geográfico** para a participação de empresas no certame, o qual não está previsto em lei, sendo, portanto, ilegal.

A assistência técnica diz respeito a uma questão referente a “*qualificação técnica*”, e a Administração Pública só pode fazer aquilo que a lei permite. No caso, a Lei Federal nº 14.333/2021, no artigo 67, prevê expressamente, e de forma “**taxativa**”, qual é a única documentação exigível no que diz respeito à *qualificação técnica*, e fora destas hipóteses, qualquer exigência deve ser considerada **ILEGAL**.

Nesse mesmo sentido é o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO.MANDADO DE SEGURANÇA. PREGÃO PRESENCIAL. AQUISIÇÃO DESEMENTES E INSUMOS PARA LAVOURAS DEVERÃO. DISTÂNCIA MÁXIMA EXIGIDA. LICITANTE COM SEDE DENTRO DO PERÍMETRO DE 40KM DA SEDE DO MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO DOSUL. LIMITAÇÃO DA COMPETITIVIDADE. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ECONOMIA. ART. 3º, §1º, INC. I, DA LEI 8.666. 1. Em que pesem as justificativas do agravante a respeito da finalidade útil visando a seleção de proposta mais vantajosa para que sejam adquiridos produtos com qualidade, em cognição sumária, resta comprovada a verossimilhança das alegações do impetrante, pois **a exigência da distância máxima limita o número de proponentes em afronta aos princípios gerais da licitação***

***estabelecidos na Lei nº 8.666 contrariando o princípio da igualdade disposto no artigo 37, XXI, da Constituição Federal.***

***2. O fundado receio de dano caracteriza-se pela impossibilidade de a empresa impetrante participar do pleito licitatório. 3. Presentes os requisitos legais autorizadores da medida pretendida, a teor do que dispõe o inciso III do art. 7º da Lei nº 12.016/2009, impõe-se a manutenção da decisão que deferiu a liminar pleiteada no mandamus. RECURSO DESPROVIDO. (Agravado de Instrumento, Nº70075635110, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sergio Luiz Grassi Beck, Julgado em: 26-10-2017) (grifo nosso)***

***ADMINISTRATIVO - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA - EXIGÊNCIA DESARRAZOADA - SEGURANÇA CONCEDIDA - REMESSA NECESSÁRIA IMPROVIDA. A exigência de localização da empresa licitante a uma distância não superior a 100 km do município contratante, sem qualquer justificativa por parte da Administração da necessidade de impor tal restrição à participação no certame, viola o princípio da isonomia e o caráter competitivo da licitação. (TJSC, Reexame Necessário em Mandado de Segurança n. 2007.046812-4, de Camboriú, rel. Sérgio Roberto Baasch Luz, Primeira Câmara de Direito Público, j. 08-04-2008 - sublinhei).***

***REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS. SENTENÇA QUE CONCEDEU A SEGURANÇA. EDITAL QUE RESTRINGIU A PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO APENAS ÀS EMPRESAS SEDIADAS OU REPRESENTADAS LEGALMENTE NO MUNICÍPIO DE ARMAZÉM. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA VÁLIDA À RESTRIÇÃO GEOGRÁFICA. LEI COMPLEMENTAR N. 123/06 QUE ASSEGURA PRERROGATIVA E PREFERÊNCIA APENAS PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE. ILEGALIDADE VERIFICADA. VEDAÇÃO À PREVISÃO DE CLÁUSULAS OU CONDIÇÕES QUE RESTRINJAM OU FRUSTREM O CARÁTER***

**COMPETITIVO DO CERTAME. SENTENÇA CONFIRMADA. REMESSA NECESSÁRIA CONHECIDA. SENTENÇA CONFIRMADA.** (TJSC, Remessa Necessária Cível n. 5000369-73.2020.8.24.0159, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Vera Lúcia Ferreira Copetti, Quarta Câmara de Direito Público, j. 03-03-2022 - grifei).

Assim, não pode o Ente Municipal criar requisitos além daqueles previstos na Lei, haja vista que a Lei simplesmente não permite e não outorga ao gestor público qualquer discricionariedade/liberdade para fazer isso.

Poderia ser estipulado que a empresa licitante possua assistência técnica autorizada localizada dentro do Estado do Rio Grande do Sul ou, ainda, fixado um prazo máximo para que a empresa contratada efetuassem o atendimento, contado a partir do chamado da Prefeitura, o qual seria observado independentemente da distância existente entre a assistência técnica e a sede da licitante.

Diante de todo exposto, resta claro que esta disposição evidencia que a **agilidade e economicidade** na prestação da assistência técnica é determinada unicamente pela *capacidade operacional*, pelo *estoque de peças* e pela *agenda* da empresa prestadora, e não por possuir assistência técnica no Município. Neste sentido, tal exigência é ilegal, bem como *excessiva, irrelevante e desnecessária* nos termos da legislação, e a mesma compromete a competitividade.

## **5. DA EXIGÊNCIA “CAÇAMBA ADICIONAL 1000MM”**

O edital exige que a máquina seja entregue caçamba opcional de **1000 mm** e de 200 mm. No entanto, considerando o porte da máquina, questionamos: seria o correto caçamba de 100mm?

## 6. CONCLUSÃO

Deste modo, as exigências do edital ora impugnado revelam-se um **meio** manifestamente **inadequado** para alcançar as **finalidades** legais previstas na Lei, se tratam de exigências irrelevantes motivadas, que não serão levadas a efeito na prestação do serviço público.

Não havendo, portanto, **motivo** válido (**fundamento técnico**) para as exigências em questão, deve incidir, no caso, a **Súmula 473, do Supremo Tribunal Federal – STF**:

*“A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”*

Comprovado o excesso e desproporcionalidade das consequências práticas das exigências ora impugnadas, porquanto as mesmas constituem óbice à obtenção da contratação mais vantajosa, indo diametralmente de encontro à natureza competitiva inerente aos processos licitatórios, se faz necessária a **retificação do edital** nos termos da legislação supramencionada, a fim de que reste afastada qualquer antijuridicidade que possa macular todo o procedimento que se iniciará.

## 7. DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, requer:

- a) o recebimento, apreciação e resposta da impugnação no prazo legal, sob pena de nulidade por violação do princípio do contraditório e da ampla defesa, **assim como o enfrentamento de toda a matéria impugnada com exposição do fundamento de fato, técnico, jurídico e legal de sua decisão**, notadamente no tocante à:



- “largura mínima de 1000 mm, com largura ajustável até o máximo de 1250 mm para acesso a áreas restritas”
- “proteção ROPS e FOPS”
- “assistência técnica num raio máximo de 200km da sede da prefeitura”
- “caçamba adicional de 1000 mm”

**b) no mérito, a procedência da impugnação**, por meio da **exclusão** das exigências acima impugnadas;

**b.1) Alternativamente**, na remota hipótese de não exclusão, requer seja dada procedência à presente impugnação, a fim de que se proceda a **retificação dos tópicos aqui hostilizados**, com vistas a possibilitar a ampla concorrência licitatória, evitando que reste caracterizado o direcionamento do certame e a limitação da competição.

Por fim, aguardando pelas providências cabíveis, coloca-se à disposição para esclarecimentos complementares que eventualmente forem considerados pertinentes, por meio do endereço eletrônico [admcomercial@priorigrupo.com.br](mailto:admcomercial@priorigrupo.com.br) ou telefone (51) 3061-2221.

Prestigiando a Lei e a competitividade,

Pede e espera deferimento.

Porto Alegre/RS, 17 de abril de 2025.

NEURI

BERTINATTO:5  
8938249034

Assinado de forma digital  
por NEURI  
BERTINATTO:58938249034  
Dados: 2025.04.17 16:40:00  
-03'00'

**NB Locações**

Neuri Bertinatto